

Mecanismo Independente de Avaliação

Relatório de Resultados:
Cabo Verde 2023–2025

Open
Government
Partnership



Independent
Reporting
Mechanism

Índice

Sumário executivo.....	2
Secção I. Principais observações.....	5
Secção II. Resultados iniciais.....	7
Secção III. Participação e cocriação	12
Secção IV. Metodologia.....	15
Anexo I. Dados dos compromissos	17

Sumário executivo

Cabo Verde avançou a transparência no setor das pescas no seu segundo plano de ação da OGP. Foram também tomados os primeiros passos para aumentar o acesso à informação relativa a despesas governamentais e serviços de justiça. A implementação foi inibida por uma elevada rotatividade entre os implementadores, desafios na coordenação e processos burocráticos demorados. Apesar de Cabo Verde ter estabelecido um fórum nacional multissetorial, continuam a existir oportunidades para aumentar a participação da sociedade civil.

Implementação

Três dos oito compromissos do segundo plano de ação de Cabo Verde foram substancial ou inteiramente realizados. No fim do ciclo do plano de ação, dois compromissos tinham alcançado resultados iniciais moderados no tocante a avançar a transparência governamental. De forma semelhante ao ocorrido no plano anterior, a maioria dos compromissos fez progressos incrementais que os reformadores tencionam continuar no próximo plano.

O compromisso 4, que tinha como objetivo tornar o setor das pescas mais transparente e inclusivo tratando das lacunas na informação, foi o único que alcançou uma realização completa e resultados iniciais moderados. Indo para além do compromisso inicial, os implementadores publicaram dois relatórios da Iniciativa Transparência nas Pescas, disponibilizando ao público informação importante sobre a gestão das pescas e envolvendo ao mesmo tempo agentes da sociedade civil e outras partes interessadas, nacionais e internacionais, para disseminar a informação e recolher feedback.¹

Identificados como promissores na Revisão do Plano de Ação, os compromissos de justiça aberta e dados abertos enfrentaram uma burocracia morosa, uma independência orçamental limitada, fragmentação institucional e resistência à mudança.² Foram feitos progressos modestos na disseminação da informação jurídica prevista no compromisso 7 e no desenvolvimento de um portal da transparência fiscal previsto no compromisso 6. Cabo Verde expressou um compromisso

NUM RELANCE

NÍVEL DE PROGRESSO

3/8

Compromissos realizados ou substancialmente realizados

RESULTADOS INICIAIS

1/8

Compromissos com resultados iniciais

0/8

Compromissos com resultados significativos

PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES

- Houve poucas oportunidades para a participação da sociedade civil na cocriação e na implementação.
- Muitos compromissos necessitavam de um período de implementação mais longo para conseguir progressos e resultados iniciais.
- A fraca comunicação e coordenação constituíram obstáculos à implementação.

Foram cumpridos os requisitos mínimos durante a implementação: Não

renovado de alcançar os seus objetivos de governação aberta dando continuidade à maioria dos compromissos no próximo plano.

Participação e cocriação

No segundo plano de ação, a responsabilidade por supervisionar o processo OGP de Cabo Verde foi transferida para o Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública (MMEAP). O ministério estabeleceu o Fórum Nacional Multissetorial (FNM) para a OGP em novembro de 2022, o que foi importante. O fórum inclui 22 representantes governamentais, juntamente com 1 representante do setor privado, 1 representante do meio académico e 3 da sociedade civil.³ Apesar de a criação do FNM ser indicadora de progresso, a sobrerrepresentação de agentes governamentais, conforme mencionado na Revisão do Plano de Ação,⁴ continua a ser um desafio para a participação inclusiva. O limitado envolvimento da sociedade civil na implementação ou monitorização dos compromissos dificultou um contributo significativo, apesar de esforços importantes durante a fase de cocriação. As partes interessadas da sociedade civil acolheram com agrado melhoramentos notáveis tanto na fase de cocriação como na fase de implementação, mas reconheceram que ainda há trabalho a fazer para assegurar que o envolvimento da sociedade civil tem lugar em pé de igualdade.⁵ A limitada capacidade do Secretariado da OGP em Cabo Verde colocou também um desafio à sua capacidade de dar orientação sobre o processo OGP às instituições encarregadas da implementação. Apesar de Cabo Verde não ter cumprido todos os requisitos mínimos das Normas de Participação e Cocriação, isso não terá consequências visto que este plano de ação está dentro de um período de tolerância.⁶

Implementação em contexto

O MMEAP assumiu responsabilidade pelo segundo plano de ação da OGP para Cabo Verde, estabelecendo o FNM e supervisionando o desenvolvimento do plano. Contudo, a coordenação e a comunicação enfraqueceram durante a implementação. Diversos implementadores citaram barreiras à implementação, incluindo pouca capacidade técnica nas equipas implementadoras e a ausência de um mecanismo de monitorização estruturado.⁷ Estas dificuldades foram agravadas por uma falta de clareza relativamente às responsabilidades por compromissos específicos e rotatividade dos implementadores de compromissos. Contudo, uma mudança na direção do MMEAP em princípios de 2025 ajudou a revitalizar o processo OGP de Cabo Verde. Isto foi também indicado pela representação de Cabo Verde na Reunião Regional da OGP África em março de 2025 e na Cimeira Global da OGP em Espanha, em outubro de 2025.

¹ Iolanda Brites (Ponto Focal de Cabo Verde para a Iniciativa Transparência nas Pescas), correspondência com investigador do IRM, 9 de maio de 2025.

² Entrevistas e correspondência por e-mail com diversas partes interessadas e implementadores de compromissos.

³ “Estatutos do Fórum Nacional Multissetorial para a Parceria de Governação Aberta em Cabo Verde,” Governo de Cabo Verde, 15 de novembro de 2022, https://www.dropbox.com/scl/fo/Ignhfjvi6d5u6m5v54cw/ALJqhbqJkLo3zpa2EWhxCwo/02-Steering%20Committee_F%C3%B3rum%20Multissetorial?dl=0&preview=ESTATUTOS-DO-FOR%C3%9AM-NACIONAL-MULTILATERAL-PARA-A-OGP_15_11_2022_APROVADO.pdf&rlkey=grq4o6uryfj3h3yoqj94p27nq&subfolder_nav_tracking=1%20.

⁴ Mecanismo Independente de Avaliação, “Revisão do Plano de Ação: Cabo Verde 2023–2025,” Open Government Partnership, outubro de 2023, https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2023/10/Cabo-Verde_Action-Plan-Review_2023-2025_EN.pdf.

⁵ Diego Alinho (ex-Presidente e Representante da Associação Lantuna), entrevista conduzida por investigador do IRM, 21 de fevereiro de 2025; Admilson Mendes (Presidente da Rede de Associações Comunitárias e Movimentos Sociais da Praia), entrevista conduzida por investigador do IRM, 6 de maio de 2025.

⁶ “OGP Participation and Co-Creation Standards” [Normas de Participação e Cocriação da OGP], Open Government Partnership, 24 de novembro de 2021, <https://www.opengovpartnership.org/ogp-participation-co-creation-standards>.

⁷ Ricardina Lopes (Direção Nacional da Modernização do Estado), correspondência com investigador do IRM, 5 de maio de 2025; João Cruz (Diretor Nacional da Modernização do Estado no Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública), correspondência com investigador do IRM, 12 de maio de 2025.

Secção I. Principais observações

As principais observações a seguir apresentadas oferecem reflexões sobre o ciclo do segundo plano de ação de Cabo Verde. Estas lições têm como objetivo apoiar os futuros planos de ação de Cabo Verde e a sua jornada mais ampla de governação aberta.

1.ª observação: Houve poucas oportunidades para a participação da sociedade civil na cocriação e na implementação.

Apesar de o Fórum Nacional Multissetorial (FNM) ter sido estabelecido no início da cocriação, as oportunidades de participação da sociedade civil continuaram a ser poucas. Em antecipação ao ciclo do terceiro plano de ação, a direção da OGP em Cabo Verde poderá ponderar como incorporar uma parceria equitativa com a sociedade civil no seu processo OGP. Por exemplo, o FNM poderia procurar obter paridade na representação da sociedade civil, do governo e do setor privado. O Grupo Multissetorial Nacional (GMN) criado no âmbito da Iniciativa Transparência nas Pescas (FiTI) em Cabo Verde oferece um modelo interessante de colaboração equilibrada que fez progressos neste plano de ação. Cabo Verde poderia repetir esta abordagem noutras áreas de reforma de governação aberta — como seja na transparência orçamental, nos serviços de justiça, ou no acesso digital — de modo a alinhar os esforços com os conhecimentos técnicos e as prioridades locais. Cada grupo pode ter um mandato claro para operar com responsabilidades e objetivos definidos, incentivando um envolvimento ativo e resultados tangíveis. Isto pode ajudar a fomentar um sentimento de propriedade partilhada do processo OGP e assegurar que as reformas são concebidas e implementadas de modo a refletirem as necessidades e prioridades dos cidadãos. Possibilita também melhores canais de feedback durante toda a implementação, especialmente nas áreas em que a sociedade civil tem conhecimentos relevantes ou redes locais de base.

2.ª observação: Muitos compromissos necessitavam de um período de implementação mais longo para conseguir progressos e resultados iniciais.

Vários implementadores envolvidos no segundo plano de ação da OGP para Cabo Verde destacaram a necessidade de um período de implementação mais longo. Sem deixar de expressar o seu empenhamento continuado nos objetivos e metas intermédias descritos no plano, muitos salientaram que o prazo de dois anos era insuficiente para realizar reformas complexas que exigem planeamento a longo prazo, coordenação entre setores e mudanças institucionais.¹ Isto foi especialmente evidente nos compromissos relacionados com dados abertos, transparência fiscal e serviços de justiça, em que medidas fundamentais — como o mapeamento das partes interessadas, a criação da legislação, ou o desenvolvimento de capacidades — transcendiam frequentemente muito além do calendário da iniciativa. Nalguns casos, as equipas de implementação só foram inteiramente estabelecidas ou destacadas numa fase tardia do processo, o que reduziu ainda mais o tempo disponível para uma implementação efetiva. Cabo Verde poderia ponderar se escolher um plano de ação de quatro anos possibilitaria o planeamento e a ordenação das atividades, deixando ao mesmo tempo espaço para aprendizagem, adaptação e um envolvimento significativo da sociedade civil. Um calendário mais alargado poderia ajudar a institucionalizar mais profundamente as reformas e fazer uma monitorização mais robusta, aumentando em última análise a probabilidade de resultados tangíveis e sustentáveis.

3.ª observação: A fraca comunicação e coordenação constituíram obstáculos à implementação.

Os implementadores apontaram uma falta de coordenação e apoio estruturado durante a implementação do plano de ação.² Muitos comunicaram dificuldades em articular e alinhar as atividades necessárias para atingir as metas intermédias, muitas vezes sem orientação adequada ou envolvimento do Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública (MMEAP).³ Alguns implementadores citaram também a pouca autonomia financeira como impedimento à sua capacidade de realizar os compromissos.⁴ O MMEAP pediu periodicamente aos responsáveis pelos compromissos informação sobre os progressos da implementação, que foi discutida nas três reuniões do FNM que tiveram lugar durante o período de implementação de dois anos.⁵ Contudo, a maioria dos compromissos não fez progressos, o que vem reiterar a oportunidade para mais coordenação e apropriação das reformas pelos implementadores.⁶

Isto indica uma oportunidade para incorporar melhor o processo OGP nas estruturas do governo. Uma coordenação interna mais robusta,⁷ recursos dedicados,⁸ e comunicação contínua entre os principais implementadores e as outras partes interessadas — incluindo a sociedade civil — poderão ajudar a realizar os futuros planos de ação. Institucionalizar o processo OGP através de mandatos claros, mecanismos internos de responsabilização e a monitorização periódica de múltiplos agentes podem ajudar a garantir que os compromissos não estagnam. O envolvimento ativo durante a implementação — e não apenas na fase de conceção — é essencial para criar confiança, mobilizar apoio e conseguir uma reforma de governação aberta significativa. Numa nota positiva, após um período de transição para uma nova direção ministerial no MMEAP em inícios de 2025, a equipa OGP de Cabo Verde expressou a sua intenção de reenergizar o processo OGP e dar continuidade às reformas.

¹ Nila Delgado (Instituto Nacional de Estatística), entrevista conduzida por investigador do IRM, 13 de março de 2025; Ricardina Lopes (Direção Nacional da Modernização do Estado), correspondência com investigador do IRM, 5 de maio de 2025.

² Lopes, correspondência; João Cruz (Diretor Nacional da Modernização do Estado), correspondência com investigador do IRM, 12 de maio de 2025.

³ Cruz, correspondência.

⁴ Cruz, correspondência.

⁵ Formulários de monitorização de progressos dos compromissos partilhados com o IRM pelo Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública durante o período de pré-publicação deste relatório, setembro de 2025.

⁶ Lopes, correspondência.

⁷ Lopes, correspondência.

⁸ Cruz, correspondência.

Secção II. Resultados iniciais

Esta secção analisa os compromissos que alcançaram os resultados iniciais mais robustos no plano de ação. Para avaliar os resultados iniciais, o IRM tem em consideração o objetivo dos compromissos, o contexto do país, a área política e as evidências de mudanças. A avaliação de resultados iniciais do IRM é determinada pelo alcance da mudança que teve lugar e por evidências de que se espera que a mudança seja mantida ao longo do tempo.

Tabela 1. Compromissos com resultados iniciais

Compromisso 4: Mais transparência na gestão das pescas, com a publicação de dois relatórios importantes em 2023 e princípios de 2025.¹

Compromisso 4: Transparência nas pescas

Implementador: Ministério do Mar.

Contexto e objetivos

Este compromisso tinha em vista aumentar a informação e o conhecimento público da gestão das pescas no arquipélago, salientando novamente o compromisso de melhorar a governação neste importante setor da economia nacional. Em Cabo Verde, 80% da população vive perto da costa e as pescas costeiras desempenham um papel significativo não apenas na alimentação e nutrição, mas também nos meios de subsistência e nas economias locais.² Contudo, a poluição, as alterações climáticas e a sobrepesca estão a colocar uma pressão crescente nos recursos haliêuticos e, como tal, o governo reconheceu a necessidade de promover o acesso sustentável, transparente e inclusivo a estes recursos aderindo à Iniciativa Transparência nas Pescas (FiTI).³

Este compromisso não foi considerado promissor na Revisão do Plano de Ação, dado que duas das suas três metas intermédias tinham sido concluídas antes do início do período de implementação. No entanto, durante a implementação, os reformadores foram além das metas intermédias apresentadas no plano de ação.⁴

Resultados iniciais: Moderados

O compromisso produziu melhoramentos moderados no acesso à informação sobre a gestão das pescas em Cabo Verde, assim como maior colaboração entre o governo e a sociedade civil, através da criação do Grupo Multissetorial Nacional (GMN) da FiTI. As metas intermédias de publicação do primeiro relatório FiTI de Cabo Verde e conclusão do processo de candidatura do país à FiTI foram ambas realizadas. Este compromisso destaca-se como o compromisso mais colaborativo e inclusivo do plano de ação, conforme exigido pelas normas da FiTI.

Ser candidato a membro da FiTI obriga o país a produzir relatórios que dão acesso consolidado a informação de importância crucial sobre a gestão das pescas que, de outra forma, permaneceria dispersa por vários documentos governamentais. Anteriormente a este esforço, nem o Ministério do Mar nem a Direção Nacional de Pesca e Aquacultura mantinham uma página web dedicada a publicar tal informação, limitando, portanto, o acesso público, a transparência e a responsabilização no setor.⁵ Este compromisso representa, assim, uma mudança moderada na prática visto que a publicação regular de relatórios tem potencial para aumentar significativamente o conhecimento da gestão das pescas em Cabo Verde.

No dia 17 de fevereiro de 2023, Cabo Verde passou a ser o quinto país candidato à FiTI a nível mundial e o segundo na África Ocidental.⁶ Conforme exigido pela FiTI, a criação de um GMN constituído por 15 membros com direito a voto — cinco do governo, cinco da sociedade civil e cinco do setor privado — contribuiu para a missão de promover uma mudança cultural no sentido de mais transparência, inclusão e responsabilidade na governação do setor.⁷ Coletivamente, o GMN é responsável pela implementação da FiTI no país.⁸ Apesar de os membros do setor privado incluírem pescadores, vendedores de peixe e organizações relacionadas com as pescas (p. ex., a Associação dos Pescadores de Salamansa e a Associação dos Pescadores e Peixeiras de Pedra Badejo) de áreas remotas de São Vicente e Santiago,⁹ algumas ilhas de Cabo Verde são mais remotas e isoladas que as áreas remotas das duas ilhas mais povoadas. Por isso, os implementadores poderiam incentivar o GMN a expandir-se e assegurar que existe melhor representação de pescadores ou organizações de pescas de menor dimensão das outras sete ilhas habitadas do arquipélago, incluindo das suas regiões mais remotas.

O principal objetivo do primeiro relatório era avaliar a disponibilidade, a acessibilidade e a integralidade dos dados categorizados de acordo com as áreas temáticas previstas na norma da FiTI. Estas áreas incluíam a legislação, acordos de acesso às pescas, informação sobre a pesca de grande e pequena escala, disposições relativas aos termos dos contratos e gestão das pescas. Dar acesso a esta informação é da máxima importância para uma nação-arquipélago como Cabo Verde, onde mais de 80% das exportações vem do setor das pescas, tornando assim imperativo o seu desenvolvimento sustentável.¹⁰

O primeiro relatório da FiTI salientou desafios no acesso a informação essencial.¹¹ Em resposta às recomendações feitas pelo GMN no primeiro relatório, o governo de Cabo Verde melhorou a gestão dos dados e, portanto, a disponibilidade da informação sobre as pescas no segundo relatório.¹² Além disso, um ex-representante da Associação Lantuna¹³ salientou que o governo tem demonstrado um compromisso claro para com a FiTI e fez progressos significativos em não apenas adquirir, mas também disponibilizar cada vez mais informação relacionada com as pescas no arquipélago. Isto é diretamente relevante para os três princípios da OGP, já que proporcionar acesso a dados exatos e fiáveis sobre as pescas aumenta a transparência, promove a responsabilização e incentiva o debate público informado — pontos que são todos eles catalizadores para a participação significativa e a tomada de decisões efetiva.¹⁴ A melhoria na clareza global e na apresentação de informação relacionada com, por exemplo, políticas, atividades e estratégias nacionais para a monitorização dos barcos de pesca; e o número de inspeções e subsídios públicos investidos no setor — não obstante o seu caráter inerentemente técnico — é louvável e pode ajudar ao objetivo de democratizar o acesso a esta informação. Isto, por sua vez, beneficia as partes interessadas que, muitas vezes, não têm o tempo e/ou a literacia necessários para ler tais relatórios técnicos.

Para além dos resultados iniciais moderados demonstrados pela expansão da colaboração entre as agências governamentais, a sociedade civil e o setor privado, a publicação de dois relatórios FiTI tornou, pela primeira vez, publicamente acessível uma quantidade considerável de informação sobre a gestão das pescas. Isto inclui informação relacionada com capturas semi-industriais e artesanais, informação de pagamentos feitos para a concessão de acesso às águas de Cabo Verde por barcos pesqueiros, e uma lista de acordos de pesca com entidades estrangeiras. Contudo, a transparência continua a ser escassa em áreas como subsídios de pesca e o estado dos recursos haliêuticos. De um modo geral, o melhoramento no acesso aos dados entre o primeiro (2022) e o segundo (2023) relatórios foi notável e demonstrou um compromisso de aumentar a transparência na gestão das pescas.

A Revisão do IRM do Plano de Ação recomendou aos implementadores a utilização da plataforma OGP para chegar até diversos parceiros a fim de promover a participação pública na governação das pescas.¹⁵ Isto incluía trabalhar com a sociedade civil e o meio académico para assegurar que o “futuro” Portal do Mar responde às necessidades dos seus utilizadores. Foram também feitas sugestões no sentido de disseminar a informação dos relatórios FiTI tão amplamente quanto possível, através de debates e discussões. De qualquer forma, esta continua a ser uma área com margem para melhoramento, apesar de esforços significativos, já que várias atividades organizadas para disseminação visaram sobretudo entidades externas como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), num evento em Lisboa, e as Nações Unidas,¹⁶ bem como um seminário no Mindelo, na ilha de São Vicente, a que compareceram 30 funcionários governamentais, delegações internacionais, assim como algumas entidades do setor privado e associações de pescadores e vendedores de peixe das comunidades piscatórias de São Vicente e Santiago. O Ponto Focal para a FiTI salientou planos para organizar encontros comunitários ou consultas públicas para disseminar as conclusões do relatório FiTI, mas não foi mencionado um calendário claramente definido para quando tais iniciativas terão lugar.¹⁷

Para além dos esforços de disseminação através de debates e discussões, o acesso aos relatórios também continua limitado. Atualmente, o site da FiTI na internet tem hiperligações para as páginas do Ministério do Mar no LinkedIn e no Facebook, onde é difícil localizar os relatórios. No LinkedIn, por exemplo, os relatórios não estão disponíveis no separador de “documentos”. Na ausência de um site do Ministério do Mar dedicado, Cabo Verde pode seguir o exemplo de outros países cumpridores ou candidatos, assegurando que os relatórios estão diretamente acessíveis no site da FiTI.¹⁸

Perspetivas para o futuro

Espera-se que o trabalho relevante levado a cabo pelo GMN da FiTI de Cabo Verde para promover a transparência e o acesso aos dados relativos às pescas continue.¹⁹ Estes esforços beneficiariam muito da existência de um único repositório na internet onde fossem colocados os relatórios, as comunicações do GMN e outras notícias, para assegurar que o governo e o GMN podem ser responsabilizados por toda a sociedade. Para o futuro, o IRM recomenda:

- Dado que o planeado lançamento do Portal do Mar não ocorreu, os relatórios e outra informação relevante não se encontram facilmente acessíveis. Enquanto o portal está em desenvolvimento, os implementadores poderiam **disponibilizar os relatórios em sites do governo, no repositório OGP e no site da FiTI.**
- Tal como salientado pelo GMN, é importante **criar uma coligação de todas as partes interessadas, políticas e parlamentares,** para assegurar um sentimento partilhado de propriedade e compromisso. Isto pode ajudar a manter o trabalho da FiTI em momentos de transição política.²⁰
- Tentar alcançar a **representação dos interesses das 9 ilhas habitadas e a disseminação da informação para as comunidades locais** de todo o arquipélago. Se bem que nem sempre sejam viáveis reuniões presenciais em todas as 9 ilhas, o GMN poderia considerar a possibilidade de fazer o **livestreaming ou organizar as reuniões em modo híbrido.** No mínimo, podem ser publicadas gravações das reuniões em diversas plataformas como o YouTube, Facebook, Instagram, e LinkedIn, para maximizar a diversidade dos beneficiários envolvidos no processo.

Em conclusão, o GMN oferece um exemplo do potencial de grupos de trabalho temáticos para futuros compromissos OGP assegurarem a participação equitativa de representantes não

governamentais. O GMN oferece um exemplo de um fórum multissetorial bem equilibrado com igual representação das diferentes partes interessadas – os progressos que fez ao concluir a candidatura de Cabo Verde à FiTI e publicar dois relatórios são testemunho da sua eficácia.²¹

¹ Iolanda Brites (Ponto Focal de Cabo Verde para a Iniciativa Transparência nas Pescas), correspondência com investigador do IRM, 9 de maio de 2025.; Delvis Fortes, “Cabo Verde publishes first FiTI Report, prioritizing a transparent fisheries sector” [Cabo Verde publica o primeiro relatório FiTI, dando prioridade a um setor das pescas transparente], Iniciativa Transparência nas Pescas, 5 de março de 2024, <https://fiti.global/cabo-verde-publishes-first-fiti-report-prioritizing-a-transparent-fisheries-sector>; Hiliana Silva, “Cabo Verde celebrates publication of second FiTI Report,” [Cabo Verde celebra a publicação de um segundo relatório FiTI], Iniciativa Transparência nas Pescas, 11 de março de 2025, <https://fiti.global/cabo-verde-celebrates-publication-of-second-fiti-report>.

² “The Republic of Cabo Verde has been a FiTI Candidate Country since February 2023,” [A República de Cabo Verde é desde fevereiro de 2023 um país candidato à FiTI] Iniciativa Transparência nas Pescas, página acedida em maio de 2025, <https://fiti.global/cabo-verde>.

³ Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, “II Plano de Ação Nacional de Governança Aberta 2023–2025,” Open Government Partnership, dezembro de 2022, https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2022/12/Cabo-Verde_Action-Plan_2023-2025_EN.pdf; Mecanismo Independente de Avaliação, “Revisão do Plano de Ação: Cabo Verde 2023–2025,” Open Government Partnership, outubro de 2023, https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2023/10/Cabo-Verde_Action-Plan-Review_2023-2025_EN.pdf.

⁴ Mecanismo Independente de Avaliação, “Revisão do Plano de Ação: Cabo Verde 2023–2025,” Open Government Partnership.

⁵ “Cabo Verde,” Iniciativa Transparência nas Pescas, 17 de janeiro de 2025, <https://fiti.global/cabo-verde>.

⁶ Valeria Merino, “Aprovação da Candidatura de Cabo Verde à Iniciativa de Transparência das Pescas (FiTI),” Iniciativa Transparência nas Pescas, 17 de fevereiro de 2023, https://fiti.global/wp-content/uploads/2023/02/FiTI_CPV_IBrites_20230217.pdf.

⁷ “Termos de Referência do Grupo Multissetorial Nacional (GMN) do FiTI de Cabo Verde,” Iniciativa Transparência nas Pescas, https://fiti.global/wp-content/uploads/2023/02/TdR.GNM_CV_V19-12-22-FINAL.pdf.

⁸ “Relatório FiTI de 2023: Cabo Verde,” Iniciativa Transparência nas Pescas.

⁹ “Relatório FiTI de 2023: Cabo Verde,” Iniciativa Transparência nas Pescas.

¹⁰ Franck Kuwou, “From maritime to blue economy: Transforming Cabo Verde’s fisheries sector,” [Da economia marítima à economia azul: a transformação do setor das pescas de Cabo Verde] UN Africa Renewal, 10 de junho de 2025, <https://africarenewal.un.org/en/magazine/maritime-blue-economy-transforming-cabo-verdes-fisheries-sector>.

¹¹ “Relatório FiTI de 2023: Cabo Verde,” Iniciativa Transparência nas Pescas.

¹² “Relatório FiTI de 2023: Cabo Verde,” Iniciativa Transparência nas Pescas.

¹³ Diego Alhinho (ex-Presidente e Representante da Associação Lantuna), entrevista conduzida por investigador do IRM, 21 de fevereiro de 2025.

¹⁴ Fortes, “Cabo Verde publica o primeiro relatório FiTI, dando prioridade a um setor das pescas transparente,” Iniciativa Transparência nas Pescas.

¹⁵ Mecanismo Independente de Avaliação, “Revisão do Plano de Ação: Cabo Verde 2023–2025,” Open Government Partnership.

¹⁶ Sara Lopes, “Cabo Verde’s 2nd FiTI Report presented to stakeholders at CPLP Headquarters,” [2.º Relatório FiTI de Cabo Verde apresentado às partes interessadas na sede da CPLP] Iniciativa Transparência nas Pescas, 17 de abril de 2025, <https://fiti.global/cabo-verdes-2nd-fiti-report-presented-to-stakeholders-at-cplp-headquarters>; Sara Lopes, “FiTI presents Cabo Verde’s 2nd FiTI Report at UN agencies meeting,” [A FiTI apresenta o 2.º Relatório FiTI de Cabo Verde em reunião de agências da ONU] Iniciativa Transparência nas Pescas, 21 de abril de 2025, <https://fiti.global/fiti-presents-cabo-verdes-2nd-fiti-report-at-un-agencies-meeting>.

¹⁷ Brites, correspondência.

¹⁸ “Cabo Verde,” Iniciativa Transparência nas Pescas; Ministério do Mar de Cabo Verde, “Ministério do Mar de Cabo Verde,” LinkedIn, <https://cv.linkedin.com/company/minist%C3%A9rio-do-mar-cabo-verde>; Ministério do Mar, “Segundo Relatório Anual FiTI,” Facebook, <https://www.facebook.com/ministeriodomar/posts/pfbid06qB4nQNvugtKBwQBvDnoDn2UXQQatsMdjizG1WYA6pPgUgYmjf8KBeDmflhtQuhkl?rpid=kMFQ1jgqBAkZOtQc#>.

¹⁹ Sara Lopes, “FiTI finds strong support in Cabo Verde during participation in 3rd Oceans Conference,” [A FiTI encontra um apoio robusto em Cabo Verde durante a participação na 3.ª Conferência dos Oceanos] Iniciativa Transparência nas Pescas, 1 de agosto de 2024, <https://fiti.global/fiti-finds-strong-support-in-cabo-verde-during-participation-in-3rd-oceans-conference>.

²⁰ Grupo Multissetorial Nacional da Iniciativa Transparência nas Pescas de Cabo Verde, “2023 Work Plan of the National Multisectoral Group of the Fisheries Transparency Initiative (FiTI) of Cabo Verde,” [Plano de Trabalho para 2023 do Grupo

Multissetorial Nacional da Iniciativa de Transparência das Pescas (FiTI) de Cabo Verde], Iniciativa Transparência nas Pescas, 28 de novembro de 2022, https://fiti.global/wp-content/uploads/2023/02/FiTI_CV_MSGWorkPlan_2023_Final.pdf.

²¹ Mansor Ndour, “Cabo Verde formalises its FiTI National Multi-Stakeholder Group” [Cabo Verde oficializa o seu Grupo Multissetorial Nacional da FiTI], Iniciativa Transparência nas Pescas, 30 de novembro de 2022, <https://fiti.global/cabo-verde-formalises-fiti-national-msg>; Lopes, “FiTI finds strong support in Cabo Verde during participation in 3rd Oceans Conference” [A FiTI encontra um apoio robusto em Cabo Verde durante a participação na 3.^a Conferência dos Oceanos] Iniciativa Transparência nas Pescas.

Secção III. Participação e cocriação

O estabelecimento do Fórum Nacional Multissetorial (FNM) marcou um progresso importante na jornada OGP de Cabo Verde. No entanto, a limitada representação de agentes não governamentais permanece um desafio à participação inclusiva. O envolvimento mínimo da sociedade civil na implementação e monitorização dos compromissos prejudicou o potencial do seu contributo.

A OGP em Cabo Verde

Em Cabo Verde, a OGP está sob a responsabilidade do Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública (MMEAP), que liderou a criação do fórum nacional multissetorial (FNM) em novembro de 2022. Criado por diploma legal, o fórum incluía um total de 27 entidades que representavam o governo (22), o setor privado (1), o meio académico (1) e a sociedade civil (3),¹ o que foi mantido durante o período de implementação. Contudo, a sociedade civil notou que deempenharam um papel limitado durante a cocriação e a implementação.²

Baixos níveis de coordenação, comunicação ou monitorização durante a implementação impediram os progressos.³ O MMEAP pediu periodicamente aos responsáveis pelos compromissos informação sobre os progressos, utilizando formulários de monitorização. Isto foi discutido nas três reuniões do FNM que tiveram lugar durante o período de implementação.⁴ Contudo, pouca informação sobre os progressos da implementação foi partilhada para além dessas reuniões ou colocada no repositório OGP.⁵ Os reformadores assinalaram uma falta de independência financeira,⁶ resistência geral à mudança e fragmentação institucional⁷ como obstáculos a mais implementação e resultados. Em fevereiro de 2025, uma mudança de Ministro da Modernização do Estado e da Administração Pública, que funciona também como Ponto de Contacto Ministerial da OGP, indicou uma revitalização das atividades da OGP em Cabo Verde.⁸

Cocriação do Plano de Ação

O FNM reuniu duas vezes durante a cocriação. No dia 9 de novembro de 2022, os grupos de discussão recolheram contributos para os compromissos. No dia 12 de dezembro de 2022, o governo apresentou a versão final do plano de ação. Os membros da sociedade civil salientaram que os temas e prioridades dos compromissos foram definidos pelo governo, deixando um espaço limitado para a voz da sociedade civil. Para além do FNM, nenhum outro envolvimento com o público teve lugar durante a cocriação.⁹

Participação durante a implementação

Segundo o Ponto de Contacto da OGP em Cabo Verde, o FNM reuniu de 6 em 6 meses durante o período de implementação, excetuando a última reunião em dezembro de 2024, que foi adiada devido a falta de quórum.¹⁰ Um representante da sociedade civil observou que é difícil comparecer a reuniões durante o horário de expediente, dado que muitos líderes da sociedade civil dirigem as suas organizações numa base de voluntariado e têm também os seus próprios empregos a tempo inteiro. Acrescentou que as reuniões se centraram na promoção do conceito de “governança aberta” e dos princípios da OGP.¹¹

Se bem que a criação do FNM durante o ciclo deste plano de ação tenha sido um passo positivo, Cabo Verde é incentivado a continuar a reforçar o papel da sociedade civil no desenvolvimento, implementação e monitorização das reformas de governança aberta. Como nação-arquipélago, a fragmentação territorial coloca dificuldades significativas à coerência das políticas. Conforme

demonstrado pela reunião de cocriação do FNM, que foi realizada em formato híbrido com 15 pessoas fisicamente presentes e 12 em participação remota, alargar a composição do FNM poderia torná-lo mais representativo da diversidade do arquipélago.¹²

Podem ser tiradas lições do Grupo Multissetorial Nacional da FiTI e da sua abordagem de organizar múltiplos grupos de trabalho temáticos. Especificamente, o FNM pode tentar atingir a representação equitativa de agências governamentais e outros agentes relevantes. Como exemplo, no seguimento de uma falta de participação da sociedade civil no seu plano de ação de 2021-2023, o ponto de contacto e os representantes da sociedade civil de Portugal alteraram a estrutura e a governação do seu fórum multilateral para alargar e diversificar as partes interessadas envolvidas no processo OGP.¹³

Tabela 2. Cumprimento dos requisitos mínimos

Requisito mínimo	Cocriação	Implementação
1.1 Espaço para o diálogo: O Fórum Nacional Multissetorial (FNM) foi oficialmente estabelecido a 9 de novembro de 2022. ¹⁴ Reuniu em junho de 2023, dezembro de 2023 e junho de 2024. A reunião de dezembro de 2024 foi cancelada devido a falta de quórum. ¹⁵ Consequentemente, o fórum não reuniu pelo menos uma vez em cada seis meses conforme exigido. As reuniões incluíram muitos mais participantes governamentais do que membros da sociedade civil. ¹⁶ As regras básicas do fórum estavam disponíveis online. ¹⁷	Sim	Não
2.1 Site OGP: O governo publicou uma LinkTree ¹⁸ com acesso à página do país no site da OGP, uma pasta de acesso aberto que inclui o plano de ação e relatórios IRM anteriores, e a página OGP de Cabo Verde no Facebook que oferece actualizações públicas. ¹⁹	Sim	Sim
2.2 Repositório: A LinkTree de Cabo Verde faz ligação a uma pasta pública do DropBox com documentação de eventos de cocriação. No entanto, nenhuma informação foi adicionada depois de maio de 2023 e, portanto, o repositório não foi atualizado pelo menos a intervalos de 6 meses, conforme exigido. ²⁰	Sim	Não
3.1 Notificação antecipada: Consultar a Revisão do Plano de Ação. ²¹	Sim	Não é aplicável
3.2 Sensibilização: Consultar a Revisão do Plano de Ação. ²²	Sim	Não é aplicável
3.3 Mecanismo de feedback: Consultar a Revisão do Plano de Ação. ²³	Sim	Não é aplicável
4.1 Resposta fundamentada: Consultar a Revisão do Plano de Ação. ²⁴	Sim	Não é aplicável
5.1 Implementação aberta: As três reuniões do FNM discutiram os progressos dos compromissos durante o período de implementação. No entanto, isto não cumpre o mínimo exigido de duas reuniões por ano. Além do mais, os participantes nessas reuniões foram sobretudo representantes de instituições governamentais, houve poucos participantes da sociedade civil. ²⁵	Não é aplicável	Não

¹ “Estatutos do Fórum Nacional Multissetorial para a Parceria de Governação Aberta em Cabo Verde,” Governo de Cabo Verde, 15 de novembro de 2022, https://www.dropbox.com/scl/fo/1gnhfojvi6d5u6m5v54cw/ALJqhbqJkLo3zpa2EWhxCwo/02-Steering%20Committee_F%C3%B3rum%20Multissetorial?dl=0&preview=ESTATUTOS-DO-FOR%C3%9AM-NACIONAL-

[MULTILATERAL-PARA-A-](#)

[OGP_15_11_2022_APROVADO.pdf&rlkey=qrg4o6uryfj3h3yoqj94p27nq&subfolder_nav_tracking=1%20.](#)

² Independent Reporting Mechanism, “Action Plan Review: Cabo Verde 2023–2025,” [Mecanismo Independente de Avaliação, “Revisão do Plano de Ação: Cabo Verde 2023–2025] Open Government Partnership, outubro de 2023,

https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2023/10/Cabo-Verde_Action-Plan-Review_2023-2025_EN.pdf;

Diego Alinho (ex-Presidente e Representante da Associação Lantuna), entrevista conduzida por investigador do IRM, 21 de fevereiro de 2025.

³ João Cruz (Diretor Nacional da Modernização do Estado, Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública), correspondência com investigador do IRM, 12 de maio de 2025.

⁴ Formulários de monitorização de progressos dos compromissos partilhados com o IRM pelo Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública durante o período de pré-publicação deste relatório, setembro de 2025.

⁵ Consultar o repositório OGP de Cabo Verde na internet: <https://www.dropbox.com/scl/fo/lgnhfjvi6d5u6m5v54cw/AEUsl4T1MYdEzrAqRiC?rlkey=qrg4o6uryfj3h3yoqj94p27nq&e=1&dl=0>.

⁶ Consultar o repositório OGP de Cabo Verde na internet.

⁷ Ricardina Lopes (Direção Nacional da Modernização do Estado), correspondência com investigador do IRM, 5 de maio de 2025.

⁸ Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, “II Plano Nacional de Governação Aberta 2023–2025,” Open Government Partnership, dezembro de 2022, https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2022/12/Cabo-Verde_Action-Plan_2023-2025_EN.pdf; Mecanismo Independente de Avaliação, “Revisão do Plano de Ação: Cabo Verde 2023–2025,” Open Government Partnership.

⁹ Independent Reporting Mechanism, “Revisão do Plano de Ação: Cabo Verde 2023–2025,” Open Government Partnership.

¹⁰ Paulo Miguel Fernandes (Ponto de Contacto da OGP no Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública), entrevista conduzida por investigador do IRM, 1 de abril de 2025; Paulo Miguel Fernandes (Ponto de Contacto da OGP no Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública), correspondência com o investigador do IRM, 18 de junho de 2025.

¹¹ Admilson Mendes (Presidente da Rede de Associações Comunitárias e Movimentos Sociais da Praia), entrevista conduzida por investigador do IRM, 6 de maio de 2025.

¹² Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, “II Plano Nacional de Governação Aberta,” Open Government Partnership; Mecanismo Independente de Avaliação, “Revisão do Plano de Ação: Cabo Verde 2023–2025,” Open Government Partnership.

¹³ Mecanismo Independente de Avaliação, “Relatório de Resultados: Portugal 2021–2023,” Open Government Partnership, abril de 2024, https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2024/04/Portugal_Results-Report_2021-2023_PT.pdf.

¹⁴ “Estatutos do Fórum Nacional Multissetorial para a Parceria de Governação Aberta em Cabo Verde,” Governo de Cabo Verde.

¹⁵ Consultar o repositório OGP de Cabo Verde na internet.

¹⁶ Folha de presenças das reuniões do FNM partilhada com o IRM pelo Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública durante o período de pré-publicação deste relatório, outubro de 2025.

¹⁷ “Estatutos do Fórum Nacional Multissetorial para a Parceria de Governação Aberta em Cabo Verde,” Governo de Cabo Verde.

¹⁸ Consultar a página de membro da OGP, o repositório e a página do Facebook de Cabo Verde: “Parceria de Governação Aberta (OGP) Cabo Verde,” Governo de Cabo Verde, <https://linktr.ee/ogpcv>.

¹⁹ “Cabo Verde Open Government Partnership.” Página do Facebook. <https://www.facebook.com/ogpCV>

²⁰ Consultar a documentação de cocriação do plano de ação OGP de Cabo Verde:

https://www.dropbox.com/sh/z9gy4vmf435yl3w/AADfrymP8_djRzClk5DJFEIVa/03-Activities%26Events_Atividades%26Eventos?dl=0&subfolder_nav_tracking=1.

²¹ Mecanismo Independente de Avaliação, “Revisão do Plano de Ação: Cabo Verde 2023–2025,” Open Government Partnership.

²² Mecanismo Independente de Avaliação, “Revisão do Plano de Ação: Cabo Verde 2023–2025,” Open Government Partnership.

²³ Mecanismo Independente de Avaliação, “Revisão do Plano de Ação: Cabo Verde 2023–2025,” Open Government Partnership.

²⁴ Mecanismo Independente de Avaliação, “Revisão do Plano de Ação: Cabo Verde 2023–2025,” Open Government Partnership.

²⁵ O investigador do IRM examinou a informação disponível no repositório OGP e na página do Facebook de Cabo Verde e a folha de presenças das reuniões do FNM partilhada com o IRM pelo Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública durante o período de pré-publicação deste relatório, outubro de 2025; Fernandes, correspondência.

Secção IV. Metodologia

Este relatório apoia a responsabilização e a aprendizagem dos países através da avaliação do nível de progresso do plano de ação e avaliação dos resultados iniciais. O relatório oferece uma análise aprofundada dos compromissos ou agregados que atingiram os resultados iniciais mais robustos no plano de ação. Avalia também as práticas de participação e cocriação do país durante todo o ciclo do plano de ação.¹

Os produtos do IRM fornecidos durante um ciclo de plano de ação nacional incluem:

- **Briefing de cocriação:** um briefing conciso que salienta lições obtidas de relatórios anteriores do IRM para apoiar o processo OGP, a conceção de um plano de ação e a aprendizagem geral de um país.
- **Revisão do Plano de Ação:** uma revisão técnica das características do plano de ação e dos pontos fortes e desafios que o IRM identifica para informar um processo de implementação mais robusto.
- **Revisão intercalar:** uma revisão de planos de ação de quatro anos após uma atualização a meio do termo. A revisão avalia compromissos novos ou que tenham sido significativamente alterados no plano de ação atualizado, a conformidade com as regras da OGP, e oferece uma atualização informal dos progressos da implementação.
- **Relatório de resultados:** uma avaliação global da implementação centrada nos resultados a nível de políticas e em como as mudanças acontecem. Verifica também a conformidade com as regras da OGP e informa a prestação de contas e a aprendizagem a mais longo prazo.

Nos relatórios de resultados, o IRM avalia os compromissos utilizando dois indicadores:

Progresso

O IRM avalia o nível de progresso de cada compromisso do plano de ação, incluindo compromissos agregados na Revisão do Plano de Ação.² O nível de progresso de todos os compromissos é classificado como um dos seguintes:

- Sem evidência disponível
- Não iniciado
- Limitado
- Substancial
- Completo

Resultados iniciais

O IRM avalia o nível de resultados iniciais da implementação para cada compromisso ou agregado. Para isso, o IRM tem em consideração o objetivo dos compromissos, o contexto do país, a área política e as evidências de mudanças. O indicador de resultados iniciais é determinado pelo alcance da mudança que teve lugar e por evidências de que a mudança será mantida ao longo do tempo. O indicador de resultados iniciais estabelece três níveis de resultados:

- **Sem resultados notáveis:** Com base nas evidências recolhidas (através de investigação de secretária, entrevistas, etc.), a implementação do compromisso de governação aberta teve poucos ou nenhuns resultados positivos. Após examinar as atividades realizadas

durante o período de implementação e os respetivos efeitos (se existentes), o IRM não detetou alterações positivas no sentido de:

- melhorar as práticas, as políticas ou as instituições que governam uma área política ou no setor público, ou
 - fomentar o ambiente propício a criar confiança entre os cidadãos e o estado.
- **Resultados moderados:** Com base nas evidências recolhidas (através de investigação de secretária, entrevistas, etc.) a implementação do compromisso de governação aberta teve resultados positivos. Após examinar as atividades realizadas durante o período de implementação e os respetivos efeitos, o IRM detetou alterações significativas no sentido de:
 - melhorar as práticas, as políticas ou as instituições que governam uma área política ou no setor público, ou
 - fomentar o ambiente propício a criar confiança entre os cidadãos e o estado.
 - **Resultados significativos:** Com base nas evidências recolhidas (através de investigação de secretária, entrevistas, etc.) a implementação do compromisso de governação aberta teve resultados positivos significativos. Após examinar as atividades realizadas durante o período de implementação e os respetivos efeitos, o IRM detetou alterações significativas no sentido de:
 - melhorar as práticas, as políticas ou as instituições que governam uma área política ou no setor público, ou
 - fomentar o ambiente propício a criar confiança entre os cidadãos e o estado.

Os resultados significativos apresentam expectativas claras de que essas alterações (conforme definidas acima) sejam sustentáveis ao longo do tempo.

O presente relatório foi preparado pelo IRM em colaboração com a Dr.^a Aleida Borges e foi revisto por Brendan Halloran, especialista externo do IRM. A metodologia do IRM, a qualidade dos produtos IRM e o processo de revisão são supervisionados pelo Painel Internacional de Especialistas (International Experts Panel, IEP) do IRM.³ Para mais informação, consultar a página web do IRM⁴ ou o glossário de termos do IRM e da OGP.⁵

¹ Para definições dos termos da OGP, como cocriação e compromissos promissores, consultar o glossário da OGP, no site da Open Government Partnership, acessido em maio de 2025, <https://www.opengovpartnership.org/glossary>.

² O IRM agrega os compromissos que partilham um objetivo político comum durante o processo de Revisão do Plano de Ação. Nestes casos, o IRM avalia o “Potencial de resultados” e os “Resultados iniciais” a nível do agregado. O nível de progresso é avaliado a nível do compromisso. Para mais informação sobre como o IRM agrega os compromissos, consultar a secção IV sobre Metodologia na Revisão do Plano de Ação.

³ Independent Reporting Mechanism, “International Experts Panel,” Open Government Partnership, acessido em maio de 2025, <https://www.opengovpartnership.org/about/who-we-are/international-experts-panel>.

⁴ “IRM Overview” [Visão geral do IRM], Open Government Partnership, acessido em maio de 2025, <https://www.opengovpartnership.org/irm-guidance-overview>.

⁵ “OGP Glossary,” Open Government Partnership.

Anexo I. Dados dos compromissos¹

Compromisso 1: Portal de dados abertos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Verificável: Sim ● Tem um prisma de administração aberta? Sim ● Este compromisso foi agregado como: Dados abertos e estatísticas (compromissos 1 e 2) ● Potencial de resultados: Modesto 	<ul style="list-style-type: none"> ● Progresso: Não iniciado ● Resultados iniciais Sem resultados notáveis
<p>O compromisso 1 tinha como objetivo continuar os esforços do primeiro plano de ação de Cabo Verde no sentido de criar um portal de dados abertos e adotar uma política de dados abertos com apoio técnico do Banco Mundial. Agregado com o compromisso 2, foi avaliado como prometendo gerar resultados iniciais. Contudo, apesar de supervisão por parte do Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública (MMEAP), nenhuma das metas intermédias foi iniciada durante a implementação. Segundo o principal implementador, houve vários fatores que contribuíram para a falta de progressos, apesar de os termos de referência terem sido preparados em 2022-2023, antes da criação do plano de ação. Em primeiro lugar, não havia um mecanismo de monitorização implementado para acompanhar os progressos da implementação ou assegurar a prestação de contas pelas agências envolvidas. Isto tornou difícil manter a dinâmica ou coordenar os departamentos governamentais relevantes. Em segundo lugar, a falta de independência financeira e autonomia financeira fez estagnar a realização das atividades planeadas.²</p>	
Compromisso 2: Projeto de dados principais de estatística	
<ul style="list-style-type: none"> ● Verificável: Sim ● Tem um prisma de administração aberta? Sim ● Este compromisso foi agregado como: Dados abertos e estatísticas (compromissos 1 e 2) ● Potencial de resultados: Modesto 	<ul style="list-style-type: none"> ● Progresso: Não iniciado ● Resultados iniciais Sem resultados notáveis
<p>O compromisso 2 pretendia alargar a recolha e a publicação de informação estatística. Conforme salientado na Revisão do IRM do Plano de Ação³, o compromisso 2 carecia de especificidade, ou seja, prazos claros, metas intermédias definidas, e um plano para publicar os resultados preliminares. O implementador indicado no plano de ação⁴ disse não ter tido conhecimento do seu papel até março de 2025, depois de o período de implementação ter oficialmente terminado. Disse também não ter tido conhecimento de quaisquer prazos de implementação mencionados no plano, indicando ao mesmo tempo atrasos burocráticos e fragmentação institucional como barreiras significativas que prejudicaram a implementação. Por exemplo, os pedidos de partilha de dados entre agências governamentais podiam levar vários meses a processar. Como resultado, no fim do período de implementação, a equipa ainda não tinha iniciado quaisquer metas intermédias porque estavam ainda a tratar de medidas preliminares como a coordenação interna e o estabelecimento de procedimentos padrão. O implementador acentuou que, embora a sua equipa continue empenhada, a escala e a ambição do projeto exigem uma abordagem de longo prazo, que era demasiado complexa</p>	

e, portanto, irrealista de conseguir no prazo de dois anos estabelecido pelo plano de ação da OGP.⁵

Compromisso 3: Cocriação de serviços públicos

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ● Verificável: Sim ● Tem um prisma de administração aberta? Sim ● Potencial de resultados: Modesto | <ul style="list-style-type: none"> ● Progresso: Limitado ● Resultados iniciais: Sem resultados notáveis |
|---|---|

O compromisso 3 tinha em vista criar uma plataforma digital centralizada que oferecesse informação completa sobre serviços do governo — tanto virtuais como presenciais — à disposição dos cidadãos (incluindo não residentes), empresas e entidades públicas. O compromisso foi avaliado como tendo um potencial de resultados iniciais modesto, visto que se centrava sobretudo em tornar mais acessível informação que já era do domínio público. Contudo, o progresso da implementação foi limitado — apenas a primeira de três metas intermédias foi substancialmente concluída no tocante ao mapeamento da disponibilidade de serviços públicos. Foram feitos esforços para identificar os serviços e recolher informação e dados básicos. Isto incluiu o mapeamento de 12 ministérios e a identificação de 2 ministérios sem serviços, o que deixou 6 ministérios para os quais o mapeamento continua incompleto. As duas metas intermédias restantes — criar uma plataforma digital e formular legislação para formalizar o repositório — não foram iniciadas devido a um atraso no processo de mapeamento. O principal implementador citou vários obstáculos, incluindo a fragmentação institucional, falta de coordenação e monitorização, capacidade técnica limitada dentro da equipa e resistência à mudança na administração pública. As partes interessadas acentuaram que o apoio de alto nível é importante quando se trata de impulsionar a mudança e coordenar esforços entre diferentes agências, especialmente para integrar esforços entre ministérios, municipalidades e outras agências independentes. Além disso, legislação adequada poderia também ajudar mais esforços, porque existe um empenhamento claro no sentido de continuar a implementar as restantes metas intermédias.⁶

Compromisso 4: Transparência nas pescas

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ● Verificável: Sim ● Tem um prisma de administração aberta? Sim ● Potencial de resultados: Modesto | <ul style="list-style-type: none"> ● Progresso: Completo ● Resultados iniciais: Moderados |
|---|---|

Este compromisso é avaliado na Secção II.

Compromisso 5: Portal de transparência nas finanças

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ● Verificável: Sim ● Tem um prisma de administração aberta? Sim ● Potencial de resultados: Modesto | <ul style="list-style-type: none"> ● Progresso: Substancial ● Resultados iniciais: Sem resultados notáveis |
|---|--|

O compromisso 5 centrava-se em criar um portal de transparência fiscal e estava intimamente relacionado com um projeto em curso financiado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) iniciado em 2022. Apesar de a iniciativa se coadunar com os objetivos de governação aberta,

não era claro como iria o compromisso acrescentar valor para além do projeto existente, financiado pelo FMI. Especificamente, o plano de ação não explicava como iria o enquadramento OGP aperfeiçoar ou alargar o âmbito do portal, especialmente no tocante a envolvimento do público ou mecanismos de responsabilização. Não obstante, foram feitos progressos notáveis já que o portal estava a ser submetido a uma verificação final dos dados (meta intermédia 1) e ajustes técnicos no final do período de implementação.⁷ Não foi, no entanto, lançado publicamente (meta intermédia 2). Após o período de implementação, o portaltransparencia.gov.cv ficou disponível online para comentário público por um período que abrangeu de fins de junho a meados de julho de 2025.⁸

Compromisso 6: Transparência orçamental e de finanças

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ● Verificável: Sim ● Tem um prisma de administração aberta? Sim ● Potencial de resultados: Modesto | <ul style="list-style-type: none"> ● Progresso: Substancial ● Resultados iniciais: Moderados |
|---|--|

O compromisso 6 tinha como objetivo aumentar o acesso do público à informação orçamental e fiscal. Apesar de ser coerente com os princípios de governação aberta, o compromisso carecia de pormenores relativamente ao formato, frequência e acessibilidade da informação a ser publicada; limitava o seu potencial a promover o envolvimento cívico informado. A meta intermédia 1, que tratava de estabelecer mecanismos para oferecer gratuitamente aos cidadãos informação orçamental e fiscal, viu progressos significativos. Foi colocada nova informação financeira em múltiplas plataformas,⁹ o que tratava diretamente da dificuldade do acesso público a informação relacionada com orçamentos e contas do estado. Não só foi disponibilizada mais informação, como houve também melhoramentos na organização dos dados por setor, entidade, programa, atividade e outras dimensões relevantes. Alguns conjuntos de dados estão disponíveis em Excel e outros formatos de dados abertos, o que permite também a reutilização dos dados por investigadores e jornalistas. Não houve, no entanto, uma estratégia clara para envolver e sensibilizar os cidadãos. Apesar de os esforços técnicos para integrar os dados relevantes no portal de transparência fiscal estarem avançados no fim do período de implementação,¹⁰ havia menos clareza relativamente à meta intermédia 2, de criar uma rede de comunicação para disseminar a informação. Nenhuma estratégia clara, calendário, ou abordagem para envolvimento do público foi definida para esta meta intermédia. Conforme mencionado na Revisão do Plano de Ação,¹¹ Cabo Verde poderia aproveitar a plataforma OGP para alargar mecanismos para envolvimento do público. Isto poderia incluir consultas estruturadas com agentes da sociedade civil para identificar quais os dados orçamentais a que dar prioridade para publicação, em que formato, e como tornar esses dados úteis para os cidadãos. Tal envolvimento poderia aumentar a utilidade e relevância do portal e assegurar que a informação publicada contribui significativamente para a participação do público nos processos orçamentais.

Compromisso 7: Transparência na informação jurídica

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ● Verificável: Sim ● Tem um prisma de administração aberta? Sim ● Este compromisso foi agregado como: Justiça aberta (compromissos 7 e 8) | <ul style="list-style-type: none"> ● Progresso: Limitado ● Resultados iniciais: Sem resultados notáveis |
|---|---|

<ul style="list-style-type: none"> ● Potencial de resultados: Modesto 	
<p>O compromisso 7 visava aumentar a transparência do sistema judicial e melhorar a eficácia e a velocidade da justiça em Cabo Verde, assim como o acesso à mesma. Incluía uma iniciativa promissora na meta intermédia 1, de criar pontos físicos de serviço nas câmaras municipais dos municípios de Cabo Verde. Estes espaços pretendiam aumentar o acesso à justiça fornecendo informação sobre serviços jurídicos e oferecendo orientação e encaminhamento para mecanismos fora da alçada dos tribunais, como a mediação, especialmente em casos em que a intervenção judicial oficial poderia não ser necessária. A iniciativa incluía também um componente móvel de sensibilização para levar informação relacionada com a justiça a comunidades rurais e áreas populacionais menos bem servidas em todas as nove ilhas habitadas do arquipélago. Um ponto de enfoque importante deste compromisso era chegar até populações vulneráveis e marginalizadas com informação especificamente orientada sobre questões de importância crítica como a violência baseada no género, o tráfico de pessoas e o abuso sexual de crianças. Tornando os serviços de justiça mais visíveis e acessíveis, especialmente através do envolvimento presencial, a iniciativa tinha um potencial promissor de aumentar a confiança do público nas instituições de justiça. Este compromisso foi assumido no contexto dos planos de ação de Cabo Verde para direitos humanos e contra o tráfico de pessoas, e de esforços mais amplos de eficiência e digitalização no setor da justiça.¹²</p> <p>Contudo, durante o período de implementação, os esforços centraram-se sobretudo em continuar a disseminação digital de informação jurídica. Isto incluiu campanhas de sensibilização através da televisão, rádio e canais do YouTube, assim como o lançamento de programas baseados na escola com o objetivo de educar as crianças e os jovens sobre questões relacionadas com a justiça. Os temas tratados através da página da Associação para Defesa do Consumidor no YouTube centraram-se especialmente em “aconselhamento jurídico” e abrangeram desde o direito a assistência jurídica,¹³ leis do divórcio,¹⁴ tipos de associações e respetivas vantagens,¹⁵ e acesso à saúde.¹⁶ O Ministério da Justiça colaborou também com a Igreja Católica, municípios e associações para disseminar ainda mais informação sobre direitos jurídicos e como aceder aos serviços.¹⁷</p> <p>Se bem que importante e com impacto, isto não cumpre inteiramente a ambição da meta intermédia 1, que acentuava a importância do fornecimento presencial dos serviços. No final do período de implementação, não havia evidência de terem sido criados espaços físicos em câmaras municipais, ou de que a unidade de justiça móvel tivesse sido operacionalizada. A ausência deste componente representa uma lacuna significativa no cumprimento do compromisso, especialmente dada a sua importância para chegar até aos cidadãos que não têm acesso digital. O Ministério da Justiça citou condicionalismos de recursos humanos e financeiros como limitações à provisão de serviços de justiça acessíveis e oportunos.¹⁸ Apesar de a Revisão do IRM do Plano de Ação,¹⁹ ter sugerido a utilização do Facebook e do Instagram como as duas plataformas de redes sociais mais populares em Cabo Verde, a implementação foi limitada ao YouTube,²⁰ onde os materiais foram vistos por apenas algumas centenas.</p>	
<p>Compromisso 8: Melhorar o acesso à justiça</p>	
<ul style="list-style-type: none"> ● Verificável: Sim ● Tem um prisma de administração aberta? Sim ● Este compromisso foi agregado como: Justiça 	<ul style="list-style-type: none"> ● Progresso: Não iniciado ● Resultados iniciais: Sem resultados notáveis

<p>aberta (compromissos 7 e 8)</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Potencial de resultados: Modesto 	
<p>Os compromissos 7 e 8 visavam aumentar a transparência do sistema judicial e melhorar a eficácia e a velocidade da justiça em Cabo Verde, assim como o acesso à mesma. O compromisso 8 visava aumentar o número de decisões judiciais disponíveis no site jurisprudencia.cv, especialmente decisões de primeira instância. Uma falta de pormenores na conceção do compromisso e a ausência de informação do implementador colocaram obstáculos à avaliação.²¹ Uma análise de um site de arquivo da internet indica que o número de casos disponíveis não teve alteração em 2023 ou 2024.²²</p>	

¹Notas editoriais:

1. Para compromissos agregados, a avaliação do potencial de resultados e de resultados iniciais é feita a nível do agregado e não a nível dos compromissos individuais
2. Os títulos abreviados dos compromissos podem ter sido editados por razões de concisão. Para aceder ao texto completo dos compromissos, consultar Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, “II Plano de Ação Nacional de Governação Aberta 2023–2025,” Open Government Partnership, dezembro de 2022, https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2022/12/Cabo-Verde_Action-Plan_2023-2025_EN.pdf.
3. Para mais informação sobre a avaliação da conceção dos compromissos, consultar Mecanismo Independente de Avaliação, “Revisão do Plano de Ação: Cabo Verde 2023–2025,” Open Government Partnership, outubro de 2023, https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2023/10/Cabo-Verde_Action-Plan-Review_2023-2025_EN.pdf.

² João Cruz (Direção Nacional da Modernização do Estado), correspondência com investigador do IRM, 12 de maio de 2025.

³ Mecanismo Independente de Avaliação, “Revisão do Plano de Ação: Cabo Verde 2023– 2025,” Open Government Partnership.

⁴ Nila Delgado (Instituto Nacional de Estatística), entrevista conduzida por investigador do IRM, 13 de março de 2025.

⁵ Delgado, entrevista.

⁶ Ricardina Lopes (Direção Nacional da Modernização do Estado), correspondência com investigador do IRM, 5 de maio de 2025.

⁷ José Luis Semedo (Direção Nacional do Orçamento e Contabilidade Pública), entrevista conduzida por investigador do IRM, 17 de abril de 2025.

⁸ “Portal da Transparência em Consulta Pública,” Governo de Cabo Verde, 26 de junho de 2025,

<https://www.governo.cv/portal-da-transparencia-em-consulta-publica>.

⁹ Consultar, por exemplo: <https://www.mf.gov.cv/soemanager/index.html>; <https://www.mf.gov.cv/web/ecompras/paginas-faq>; <https://portaldocomercio.gov.cv/web/portal>.

¹⁰ Semedo, entrevista.

¹¹ Mecanismo Independente de Avaliação, “Revisão do Plano de Ação: Cabo Verde 2023– 2025,” Open Government Partnership.

¹² Formulários de monitorização de progressos dos compromissos partilhados com o IRM pelo Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública durante o período de pré-publicação deste relatório, setembro de 2025.

¹³ ADECO Associação para Defesa do Consumidor, “Direitos e Importância,” YouTube, 19 de agosto de 2024, <https://www.youtube.com/watch?v=VXdM9afayHg&list=PLSjf5ii4cqkZ0vJjPfmYsgLhM9gGBO1r&index=47>.

¹⁴ ADECO Associação para Defesa do Consumidor, “Divórcio por mútuo consentimento e litígio,” YouTube, 28 de junho de 2024, https://www.youtube.com/watch?v=FBWr54LAO_g&list=PLSjf5ii4cqkZ0vJjPfmYsgLhM9gGBO1r&index=54.

¹⁵ ADECO Associação para Defesa do Consumidor, “O que são associações e quais as suas vantagens?” YouTube, 17 de maio de 2024, <https://www.youtube.com/watch?v=T7jr3Q190u4&list=PLSjf5ii4cqkZ0vJjPfmYsgLhM9gGBO1r&index=59>.

¹⁶ ADECO Associação para Defesa do Consumidor, “O direito à Saúde: Carta de Direitos e Deveres dos Doentes,” YouTube, 15 de abril de 2024, <https://www.youtube.com/watch?v=C1PjpsPAuE&list=PLSjf5ii4cqkZ0vJjPfmYsgLhM9gGBO1r&index=61>.

¹⁷ Formulários de monitorização de progressos dos compromissos partilhados com o IRM pelo Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública durante o período de pré-publicação deste relatório, setembro de 2025.

¹⁸ Formulários de monitorização de progressos dos compromissos partilhados com o IRM pelo Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública durante o período de pré-publicação deste relatório, setembro de 2025.

¹⁹ Mecanismo Independente de Avaliação, “Revisão do Plano de Ação: Cabo Verde 2023– 2025,” Open Government Partnership.

²⁰ José Carlos Martins (Assessor Jurídico no Ministério da Justiça), correspondência com investigador do IRM, 16 de maio de 2025.

²¹ O investigador do IRM contactou por e-mail o Ministério da Justiça a 27 de fevereiro de 2024, 17 de abril de 2024, e 5 de maio de 2025. O Ponto de Contacto da OGP em Cabo Verde contactou também o implementador em nome do investigador. O investigador do IRM foi informado por ambos os contactos de que tinham deixado de trabalhar para o Ministério da Justiça e pedidos subsequentes para que fossem fornecidos contactos alternativos no ministério não foram respondidos.

²² O IRM verificou <https://web.archive.org> para as seguintes datas: 2 de abril de 2023, 4 de agosto de 2023, 3 de março de 2024, 14 de maio de 2024, 16 de maio de 2024, 26 de maio de 2024, 16 de junho de 2024, 12 de julho de 2024, 24 de julho de 2024, 26 de agosto de 2024, 3 de outubro de 2024, e 15 de janeiro de 2025.